



FOLHA DO SINDISSÉTIMA

Jornal do Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho



Ano IX - Nº 58
Março 2010

PCS: projeto ainda não entrou em pauta

Os impasses em torno da votação dos projetos que revisam os planos de cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal e do MPU continuam e preocupam, cada vez mais, a Fenajufe e os sindicatos filiados. Os PLS 6613/09 e 6697/09 ainda não têm data certa para sejam votados na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, onde tramitam, desde o final de novembro do ano passado, sob a relatoria do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM). Na avaliação da coordenação da Fenajufe, essa demora na apreciação dos planos pode ser uma medida protelatória por parte da bancada governista, que tem tido várias atitudes duvidosas em relação aos projetos.

Esta análise tem embasamento em alguns fatos. Na sessão do último dia 7 de abril, o PL 6697/09 (do MPU) estava na pauta, mas o vice-líder do governo na Casa, deputado Luiz Carlos Busato (PTB-RS), pediu vista ao parecer do relator, contrariando a manifestação de apoio expressa por maioria dos deputados presentes à sessão. Antes de apresentar o pedido de vista, o deputado havia sugerido, ainda, que fosse realizada uma audiência pública ou a criação de uma comissão especial para analisar todos os projetos de reajuste de servidores. As duas propostas foram rejeitadas.

Os coordenadores da Fenajufe acompanharam a sessão e conversaram com alguns deputados e assessores sobre a possibilidade de votação dos dois projetos. Segundo eles, o PL que revisa o PCS do MPU deve voltar, automaticamente, para a pauta da Comissão de Trabalho.

Já o PL 6613/09 (do Judiciário Federal) não chegou a entrar na pauta do último dia 7 de abril da Comissão de Trabalho e ainda corre o risco de não ser incluído na semana seguinte. Em contato realizado no dia 9 de abril com Ezequias Lima de Souza, chefe de gabinete do relator dos projetos, o coordenador Antônio Melquides obteve a informação de que o relatório do PL do Judiciário ainda não havia sido encaminhado para entrar na pauta da sessão que seria realizado esta semana. De acordo com o chefe de gabinete, no dia 8 de abril foram realizadas várias conversas com deputados da bancada do governo, que pediram um prazo maior para analisar o projeto. Por isso, segundo Ezequias Lima, o relatório ainda não foi



apresentado à Comissão de Trabalho.

Ainda no mesmo dia, Sabino Castelo Branco disse ao coordenador da Fenajufe que realizará todo o esforço possível para fechar, nos próximos dias, um acordo com a bancada do governo a fim de colocar o projeto extra-pauta. Mas alertou, no entanto, que se não houver um clima favorável ao projeto, por parte dos deputados governistas, ele prefere não colocar o PL 6613 em votação.

Em conversa com a coordenação, o deputado garantiu que conversou sobre o projeto com vários deputados, inclusive com o presidente da Comissão de Trabalho, Alex Conziani. Ele avalia ser arriscado pautar o projeto sem finalizar as negociações com a bancada governista, mas garantiu que fará todo o esforço possível para fechar isso e pautar o nosso PCS. A Fenajufe considera pouco provável o PL 6613/09 fosse votado nesta semana na Comissão de Trabalho.

Na avaliação do coordenador da Fenajufe, o pedido de vista do deputado Carlos Busato ao relatório do PL 6697 e a atitude de alguns deputados de querer analisar melhor o PL 6613 são sinais claros de que o governo está tentando emperrar a votação dos PCSs do Judiciário e do MPU. "Os nossos projetos estão desde o final de novembro do ano passado na Comissão de Trabalho. Os deputados já tiveram tempo de sobra para estudar todo o seu conteúdo. Para mim, isso é uma política protelatória do

governo e também reflete a falta de empenho da cúpula do Judiciário e do MPU nas negociações junto ao Ministério do Planejamento", ressalta o coordenador da Fenajufe.

Articulações políticas

Para o coordenador de plantão, a deflagração da greve é inevitável e, por isso, ele orienta que todos os sindicatos realizem assembleias para debater o calendário de mobilização com a categoria. Ele alerta que sem a greve ainda este semestre, os projetos de revisão salarial correm o risco de não serem votados este ano. "Não tenho dúvida de que somente a greve será capaz de garantir avanços em nossa campanha. Precisamos também intensificar as mobilizações para garantir o cumprimento do calendário aprovado no 7º Congrejufe, em Fortaleza, que aponta o indicativo de greve para os dias 5 e 6 de maio", afirma.

A Fenajufe está encaminhando ofícios para todos os tribunais superiores e órgãos do MPU para informar a situação dos projetos na Comissão de Trabalho e as impasses que tem impedido a aprovação dos PCSs. Nos documentos, a Federação também solicita empenho das administrações dos órgãos nas negociações junto aos representantes do governo federal.

A Fenajufe orienta que além de realizar as assembleias para votar o indicativo de greve, os sindicatos também devem procurar os deputados de seus Estados que compõem a Comissão de Trabalho, tanto os titulares como os suplentes, com o objetivo de garantir o apoio de todos para que os projetos de revisão salarial sejam votados o mais breve possível na CTASP e encaminhados à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Atuações

O Sindissétima desde o final do ano passado vem realizando, juntamente com os demais sindicatos representantes dos servidores do Judiciário Federal, uma série de encontros com os parlamentares que compõem a bancada cearense a fim de sensibilizá-los para a luta das trabalhadoras. As articulações serão retomadas e intensificadas a fim de garantir o apoio ao projeto. Além disso, em breve o Sindicato estará convocando uma Assembleia Geral na qual, junto com a categoria, serão definidas as ações a serem tomadas a fim de pressionar a Câmara dos Deputados.



TRAGÉDIA-
A tragédia do Rio de Janeiro e a incompetência dos nossos políticos (p.02)



CONGREJUFE-
Plenária final do Congresso define indicativo de greve (pag. 03)



PONTO ELETRÔNICO-
Terminais que facilitariam a vida do servidor ainda não foram implantados (pag. 04)

Dia Nacional de Luta pelo PCS

Além da intensificação da campanha pela aprovação dos projetos de revisão dos PCSs do Judiciário Federal e do MPU, a plenária do 7º Congrejufe, realizada no final de março em Fortaleza, aprovou a participação da categoria na luta contra o Projeto de Lei Complementar nº 549/09, que congela o salário dos servidores públicos nos próximos dez anos. O calendário de

mobilização, aprovado por unanimidade, incluiu o Dia Nacional de Luta contra o PLP 549/09, marcado para o dia 15 de abril.

Como parte do Dia Nacional de Luta, a Frente Nacional contra o PLP 549/09, composta por entidades nacionais dos servidores públicos, promoveu um ato em Brasília. Os manifestantes saíram em caminhada da Catedral em direção ao Congresso Nacional, onde

realizaram ato público com a participação de parlamentares e de diversas lideranças sindicais.

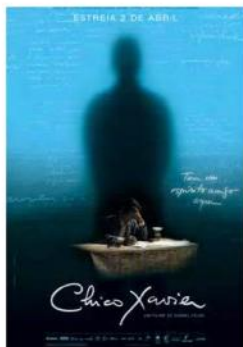
"Precisamos fazer uma campanha forte contra a aprovação desse projeto nefasto, que vai congelar os nossos salários e engessar o serviço público até 2019. A luta pela revisão dos PCSs tem que ser casada com a luta pela derrubada do PLP 549/09", explica Saulo Arcangeli, coordenador geral da Fenajufe.

> CULTURA: A história do médium mais famoso do Brasil chega aos cinemas

"Ninguém pode voltar atrás e fazer um novo começo. Mas qualquer um pode recomeçar e fazer um novo fim". Esta era uma entre muitas mensagens que Chico Xavier recebia de seu guia espiritual, Emmanuel, e a dividia com quem a cercava.

A ideia de levar para o cinema a história de um dos mais conhecidos líderes espirituais do Brasil, que chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz, surgiu há seis anos, em 2004. O produtor associado e distribuidor Bruno Wainer comprou os direitos do livro do jornalista Marcel Souto Maior, "As Vidas de Chico Xavier", que foi sucesso de crítica e vendas. Escrito por um não espírito, a publicação teve mais de 400 mil exemplares vendidos, liderando por um ano o ranking no país.

Bruno logo pensou em entregar a produção nas mãos de Daniel Filho, que acabou também dirigindo o obra. O primeiro passo foi uma visita à Casa da Prece, em Uberaba (MG). Familiares e amigos de Chico foram consultados sobre a intenção de se produzir um filme e a aprovação foi imediata. O resultado são 125 minutos de momentos emocionantes, de uma vida que mexeu com



a forma de emergir a fé de milhões de brasileiros e acabou conquistando o respeito de muitos, independentemente da religião.

Participaram da produção 135 atores e foram usados cerca de 90 locações. O filme "Chico Xavier" chegou aos cinemas do país em 2 de abril de 2010, data que marca o centenário de nascimento de Francisco de Paula Cândido.

Baseado no livro "As Vidas de Chico Xavier", do jornalista Marcel Souto Maior, o filme descreve a trajetória de Chico Xavier, que viveu 92 anos desta vida terrena desenvolvendo importante atividade mediúnic e filantropia. Vida conturbada, com lutas e amor. Seus mais de 400 livros psicografados consolaram os vivos, pregaram a paz e estimularam caridade. Fenômeno? Fraude? Os espíritos existem? Para os admiradores mais fervorosos ele foi um santo. Para os descrentes, no mínimo, um personagem intrigante.

Recorde de Público
O filme "Chico Xavier" foi visto por cerca de 590 mil pessoas, segundo a distribuidora Downtown. A cinebiografia do médium se torna, assim, a maior bilheteria da história do cinema nacional desde 1995, nos três primeiros dias de exibição.

Rio de Janeiro: a crônica de uma tragédia anunciada

Quem mora lá no morro já vive perfeitamente. A canção composta por Heitor Martins em 1942, "Ae Maria no morro", é um exemplo da relação simbiótica entre o Rio de Janeiro e a favela. Um amor com final trágico e previsível. Como todos vimos na semana passada, eram pobres e favelados os vítimas da tempestade no Estado. E quem matou essas famílias não foi a fúria dos deuses. Mas governos negligentes, paternalistas, demagogos e irresponsáveis.

O crime mais revoltante foi cometido pelo prefeito Jorge Roberto Silveira, de Niterói: "Eu sabia do laço ali, mas nunca tinha havido nenhum incidente." Foi a declaração inocente do prefeito do PDT. Ele comandou Niterói desde 1989, com alguns intervalos para um prefeito do PT. O Morro do Bumba abrigava

uma comunidade inteira, com casas, igreja, pizzaria, lojas e creche. Tudo sobre um laço tático, desativado em 1986. A comunidade florescia sob a vista complacente e amigável de Jorge Roberto. A Cadeia colocou ali bica d'água. O então governador Bizola leu no Bumba o programa "Uma luz no escuridão". Aos dias, a comunidade ganhou quadra de esportes, creche. Bizola viu nome do seu no Bumba. Não dá para acreditar que alguém instruído resolveu urbanizar uma área contornada.

O prefeito Jorge Roberto nunca parou para pensar que estava cavando a sepultura de 150 pessoas ou mais, segundo cálculos de moradores.

Por que o laço desativado não foi cancelado por ele? Não era um morro qualquer. Era um amontoado de matéria orgânica que apodrece e soltava gás metano, um gás explosivo. Aquilo não era um solo. Era uma bomba-relógio. "Você sabe, num país como o nosso, é muito difícil impedir assentamentos irregulares ou remover moradores de áreas de risco", disse Jorge Roberto. "Tentei o possível, tentei o máximo." O máximo.

O Morro do Bumba, com sua lama negra de detritos que desceu de uma altura de 600 metros, é o maior retrato do demagogia que pune os pobres. É o resultado da ausência de uma política habitacional para famílias de baixa renda. É a improvisação do salve-se quem puder. É o retrato de gerações de políticos que jamais pensaram a longo prazo, no bem-estar da população e das cidades.

Mas não são apenas políticos. Muitas vezes, é a esquizofrenia carioca. Os os gringos de institutos internacionais que vêm fazer tour ecológico social nas favelas para depois tomar champagne na piscina do Hotel Fasano, de frente para o mar de Ipanema. Ali os nomes das favelas são políticos. "O que está acontecendo é resultado de anos de demagogia em relação à favela", diz o antropólogo carioca Alvo Zaluar. "É incrível que essas tragédias ocorram em lugares com nomes como Morro dos Prazeres ou Chácara do Céu. As favelas historicamente eram áreas de samba, lanchas, espaços de poesia e criatividade. Com o tráfico de drogas, essa visão romântica foi abalada."

Um baranco pode ser o único patrimônio de uma família. Mas é preciso que o poder público sempre a ideia de que essa sobrevivência é sinônimo de segurança, em vez de transformar a



favela em seu canal eleitoral. "É a própria política que ajuda a construir a noção de que a casa é própria, mesmo que esteja no meio de um baranco que pode cair a qualquer momento", diz Alvo. "É toda a sociedade é orientada com essa ideia."

Sanho de qualquer cidadão, a casa própria nasce muitas vezes do tijolo e do ferro doados por políticos — não importa sobre que terreno ou com que empanhada a obra será erguida. "São esses mesmos políticos que, tempos depois, buscam apoio da Justiça no organismo manifestações populares para evitar a desapropriação e a remoção — auxiliados por ONGs e movimentos sociais", diz Fernando Kaczmar, presidente da Associação Brasileira de Geografia e Engenharia Ambiental (ABGE).

"É nesses momentos que a gente se orgulha de ser brasileiro", disse o prefeito Jorge Roberto, diante da língua negra de lama e lodo apodrecido que soterra seus eleitores. Não pode acreditar. Ele dizia, na televisão, que tudo estava "sob controle" e se confessava emocionado com a solidariedade do presidente Lula e dos bancos.

Artigo de Ruth de Aquino, publicado na revista Época - edição 621



> O importante é não ficar parado

Fortaleza está entre os dez capitais brasileiras onde a população adulta mais pratica atividades físicas. O dado é do Ministério da Saúde e faz parte de um levantamento que traçou o Perfil da Alimentação e Atividade Física da População Brasileira, no ano passado. De acordo com a pesquisa, em Fortaleza, cerca de 33% dos adultos praticam alguma atividade física, considerando os momentos de lazer ou os deslocamentos a pé e de bicicleta. Quando levado em conta apenas o tempo livre da população adulta, em Fortaleza, o percentual dos que se exercitam com a regularidade necessária (30 minutos diários, cinco vezes por semana) cai para 16%. O número é maior que a média nacional, de 14,7%, mas a pesquisa alerta para os baixos níveis de atividade física populacionais em todo o Brasil. Em 2008, o índice era de 15%. Ou seja, diminuiu o número de pessoas que praticam algum esporte no tempo livre. A pesquisa detectou que está havendo um predomínio do consumo de alimentos com alto teor de gordura e açúcar na dieta do brasileiro sem que isso seja compensado com o aumento da prática de atividades físicas. Prova disso é que, conforme a Vigil, nos períodos de descanso, é a televisão que distrai o brasileiro. A pesquisa mostrou que 25,8% dos adultos passam três ou mais horas em frente à TV e isso acontece cinco vezes ou mais na semana. Em Fortaleza, este índice fica em torno dos 21%, o que coloca a Capital cearense em posição de vantagem em relação a outras cidades: apenas em Rio Branco, Curitiba e Palmas vê-se menos televisão. Para os especialistas, é tempo demais, que deveria estar sendo gasto em atividades mais saudáveis.

Recorde de Público
O filme "Chico Xavier" foi visto por cerca de 590 mil pessoas, segundo a distribuidora Downtown. A cinebiografia do médium se torna, assim, a maior bilheteria da história do cinema nacional desde 1995, nos três primeiros dias de exibição.



SIEDENTARISMO

A pesquisa mediu também o percentual de adultos fisicamente inativos. Em Fortaleza, o índice é de 14,5%, enquanto a média nacional é de 16,4% - em 2008, era de 17,4%. Para a melhoria da qualidade de vida da população, o governo federal instituiu, em 2006, a Política Nacional de Promoção da Saúde. Desde então, estados e municípios recebem incentivos financeiros para ações de estímulo à prática de exercícios físicos, alimentação saudável e construção de espaços de convivência e lazer. Em Fortaleza, a Prefeitura mantém atualmente 50 pontos de atividade física, através dos projetos Academia na Comunidade e Espaço Oriental, pela manhã e à tarde, de segunda a sexta-feira. Além disso, o SINDISSETIMA promove todos os anos uma série de atividades com a intenção de promover a saúde. A ordem é não ficar parado.

EXPEDIENTE

Folha do Sindissetima - Publicação mensal de responsabilidade da Diretoria Executiva do Sindicato das Secretarias do Sétimo Região.

Diretoria Executiva: *Ataléia do Siqueira Felício (Presidente), José Teodoro Neto (Vice-presidente), Rosângela Feres Franklin de Lima (1ª Secretária), Francisco Nazareno Soares Filgueiras (2ª Secretária), Luiz Alcântara Rodrigues (Sec. Assuntos Jurídicos), Rosângela Felix (Sec. Esporte e Promoção Social), Mariângela Carvalho de Sousa (Sec. Imprensa e Cultura), Francisco Diniz de Lacerda (Sec. Assuntos Extra-Setor), José de Lima Ribeiro (1ª Tesoureiro), José Flávio da Rocha Mattos (2ª Tesoureiro)*

Salas de atendimento ao servidor. Sala no Fórum Autran Nunes (Manhã): Av. Duque de Caxias, 1550 - 1ª Andar - Centro - CEP: 60.035-111. Fortaleza-CE. Fone-Fax: 3221.8219. Sala no TRT (Tarde): Av. Santos Dumont, 3384 - Ed. Anjo 1 - 5ª andar - Sala 505. Aldeota. CEP: 60.150-162. Fortaleza-CE. Fone: (85) 3261.8192. Fax: (85) 3224.6490. E-mail: sindissetima@yaho.com.br. Jornalista responsável: Elton Viana (CE07281/P)

Congrejufe aprova indicativo de greve para início de maio

Os delegados do 7º Congrejufe aprovaram, por unanimidade, o calendário de luta contra o congelamento salarial e pela aprovação dos PLS 6613/09 e 6697/07. O calendário foi votado na plenária final, durante a apreciação das propostas do Plano de Lutas, que notará a atuação da Fenajufe, dos sindicatos de base e de toda a categoria nos próximos três anos.

As atividades do calendário começaram em 15 de abril, com o Dia Nacional de Luta contra o PLS 549/09, que congela o salário dos servidores públicos até 2019. A manifestação foi organizada pela CUT e pelas entidades que compõem a Cnesf (Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais). Os sindicatos devem realizar, em todos os Estados, rodada nacional de assembleias para discutir o indicativo de greve pela aprovação dos projetos que revisam os PCSs do Judiciário Federal e do MPU.

Ainda como parte do calendário aprovado na plenária final, a Fenajufe convocará uma reunião ampliada para o dia 24 de abril. Seguindo a decisão de alteração estatutária, a reunião terá caráter deliberativo e os critérios para eleição de delegados serão encaminhados a todos os sindicatos na convocatória da ampliada.

Também foi aprovado pelos delegados do 7º



Congrejufe o indicativo de greve para os dias 5 e 6 de maio. A Fenajufe orienta que os sindicatos promovam o debate com a categoria na rodada de assembleias e construam a greve por tempo indeterminado.

"Os projetos de revisão salarial estão parados na Comissão de Trabalho. Se nos outras comissões demorarem esse tempo, os PLS não serão votados este ano. Por isso, somente a mobilização será capaz de agilizar a tramitação", afirma Lúcia Bernardes, coordenadora da Fenajufe. Ela orienta que os sindicatos mobilizem todos os servidores, por meio de atividades nos locais de

trabalho, para construir uma greve a partir de maio.

Políticas Permanentes

Os delegados do 7º Congrejufe também aprovaram na plenária final que a Fenajufe deve realizar, este ano, uma plenária nacional extraordinária para votar as propostas de resolução referentes a Políticas Permanentes. Todos os itens que serão submetidos à plenária foram debatidos e votados nos dez grupos de trabalho. A data da plenária extraordinária ainda será definida pela Diretoria Executiva da Fenajufe.

Por que minha Rua tem esse nome

Sugestões envie e-mail para sindsetina@yahoo.com.br



José Bastos - A José Bastos, de acordo com os registros municipais, é uma das avenidas mais antigas de Fortaleza. Passou a ganhar mais visibilidade na cidade por volta de 1973, quando foi alargada a partir da rua Padre Cícero, na gestão do então prefeito Vicente Fialho. Sua denominação presta uma homenagem a José Perdigão Bastos, empresário nascido na capital cearense no dia 20 de setembro de 1870 e que faleceu no dia 30 de outubro de 1909. Era filho de João da Costa Bastos e Filomena Vieira Perdigão Bastos, e casada com D. Maria da Cunha Acilii Bastos, com quem teve 8 filhos. José Bastos era sócio do pai dele na firma comercial de sua propriedade, alcançando grande destaque no comércio, o que lhe valeu a presidência da sociedade Fênix Ceaira.

Menosprezo ou desconhecimento do protocolo?

Foi realizada na tarde do último dia 13 de abril uma solenidade comemorativa em que foram homenageados os atletas-servidores do TRT que conquistaram o 3º lugar nacional nas Olimpíadas da Justiça do Trabalho, realizadas em novembro de 2009, em Aracaju-SE.

Convidada pelos servidores, a Presidente do Sindissétima, Heloisa de Siqueira Felício, compareceu à solenidade, que contou com a presença de autoridades como o Sr. Ministro Corregedor da Justiça do Trabalho, os Desembargadores que compõem o nosso Regional, o Presidente da Amatra, o Presidente da Anastro e representantes do Ministério Público do Trabalho.

Ao compor a mesa o Desembargador Presidente do TRT convidou o Sr. Ministro Corregedor, os representantes da Amatra e Anastro e numa clara afronta ignorou a presença da Presidente do Sindissétima, que, em protesto, retirou-se do recinto.

A indignação da Presidente com o descortesia, com o desrespeito ao Sindicato que preside tem razões bastante objetivas. Tratava-se de solenidade para homenagear servidores. O Sindissétima, por sua Presidente, é o representante legal dos servidores. Mais ainda: a solenidade

tinha como objetivo homenagear os servidores por seus êxitos nas Olimpíadas.

O Presidente sabe, os atletas sabem, os servidores em geral também sabem que o Sindissétima é o grande patrocinador das atividades esportivas que levaram à conquista do 3º lugar nas Olimpíadas.

É no clube do Sindissétima que os atletas se exercitam e é também o Sindicato que contrata os técnicos que os treinam. Os uniformes que usaram nas competições também foram patrocinados pelo Sindissétima. Era portanto mais do que legítima a sua representação no evento.

Por isso, neste espaço, queremos tornar público o nosso repúdio ao modo desrespeitoso como o nosso Sindicato foi tratada pela Presidência do Tribunal.

Estamos sempre ao lado dos servidores para apoiá-los e lutar por eles. Reconhecemos a importância do esporte para uma vida saudável e sabemos que a sua prática desenvolve o espírito de competitividade e disciplina. Congratulamo-nos com os atletas por suas conquistas, que também são nossas. Valorizamos sua determinação e garra. Mas também exigimos respeito.

O Sindissétima por sua atuação e valor simbólico merece um tratamento digno.

Lições da tragédia para nossas vidas

O Tribunal de Contas da União revela: falta critério na distribuição do dinheiro para obras contra a chuva. O presidente Lula não concordou.

Para o presidente, houve lesividade na divulgação dessas informações. Para Lula, tudo não passou de um joguinho político pequeno. A auditoria mostrou que a Bahia recebeu muito mais dinheiro do que o Rio de Janeiro.

Agora, o presidente Lula saiu em defesa do ex-ministro Geddel Vieira Lima, baiano, que até a semana passada comandava o Ministério da Integração Nacional, responsável pelo repasse dos recursos.

A Ordem dos Advogados do Brasil já pediu ao Ministério Público que investigue: por que o Rio de Janeiro ficou com uma parte tão pequena dos recursos federais para a prevenção de desastres?

"Verificar se houve qualquer responsabilidade de um ministro ou de funcionários ou de quem quer que seja do governo. Não se justifica que a omissão seja algo que determine catástrofes como essas", aponta o presidente da OAB Ophir Cavalcante. De acordo com o Tribunal de Contas da União, nos dois últimos anos a Bahia recebeu 64,6% do dinheiro e o Rio de Janeiro ficou com 0,9%.

A veia é administrada pelo Ministério da Integração Nacional, comandado até a semana passada pelo ministro Geddel Vieira Lima. Ele deixou o cargo para disputar o governo da Bahia.

O presidente Lula defendeu o ex-ministro e criticou o Tribunal de Contas pela votação, neste momento, de um relatório que mostra desequilíbrio na distribuição de recursos do governo federal.

"O que eu acho pobre nesse país é que as pessoas esperam acontecer uma desgraça dessa magnitude para ficar tentando fazer o joguinho político pequeno. Como é que

pode dizer uma coisa dessa dizer que o dinheiro do Rio não foi e foi para a Bahia? É levantando de quem falar", defende o presidente Lula.

Quem falou foi o TCU, que confirmou a denúncia. Em nota, disse que a auditoria constatou mesmo ausência de critérios objetivos na divisão do dinheiro e que a votação do relatório foi marcada dias antes da tragédia que atingiu o Rio de Janeiro.

O tribunal esclareceu, ainda, que a auditoria foi feita a pedido do Congresso Nacional. O ex-ministro Geddel Vieira Lima informou que não houve irregularidade na distribuição do dinheiro e que os projetos do Rio de Janeiro sempre foram atendidos.

Lições

Situações trágicas como a do Rio de Janeiro poderiam ser perfeitamente evitadas se a política não prevalesse à técnica na escolha de ministros e cargos de confiança. Não se investe onde as pessoas são mais necessitadas, mas onde se pode conseguir mais votos.

No âmbito do Judiciário, a cada administração observamos pessoas que não fazem parte do quadro permanente ocupando cargos de confiança. Não que a legislação impeça ou que estejamos desconfiando de sua competência, mas nada melhor do que uma pessoa de casa para resolver os problemas domésticos.

Uma pesquisa realizada pelo Sindissétima apontou que a categoria prefere ver pessoas do quadro ocupando cargos de confiança a pessoas de fora. Vale lembrar que os cargos de confiança, deveriam ser ocupados por técnicos de confiança da Administração e não do administrador de plantão. Afinal, qual política pode ser implantada em apenas dois anos de mandato? Não devemos esperar tragédias para tomarmos as medidas necessárias. O recado está dado!

Projeto contra corrupção pode ser derrotado

Os líderes partidários fecharam um acordo no dia 7 de abril para que o projeto "Ficha Limpa" volte para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a análise de emendas. A votação em plenário estava marcada para aquele dia, mas diante da falta de maioria para aprovar a proposta, o projeto vai retornar para a comissão e somente no dia 29 de abril será levado direto para o plenário se ainda não tiver sido votado na comissão.

O projeto tenta barrar candidaturas de pessoas condenadas pela justiça que ainda tem processos tramitando devido a recursos. A proposta original, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que recebeu mais de 1,6 milhão de assinaturas, previa a proibição de candidatura para quem fosse condenado em primeira instância.

O relator de um grupo de trabalho que analisou o tema, o deputado Índio da Costa (DEM-RJ), apresentou um substitutivo para que a inelegibilidade fosse para quem tivesse condenação por órgão colegiado, o que geralmente só acontece na segunda instância para pessoas comuns e é o julgamento típico de pessoas com



fora privilegiada. Mesmo assim, a proposta não conseguiu angariar o apoio necessário.

Para que a proposta fosse votada em plenário seria necessário antes aprovar a urgência para o projeto em plenário. Para que a urgência pudesse ir a votação líderes de partidos que representassem 257 deputados precisavam assinar um pedido, o que não ocorreu.

Vale lembrar que este ano terá eleições diretas para senador, deputados (estadual e federal), governador e presidente. Estamos de olho!

Considerações sobre o ponto eletrônico

Na última edição da Folha da Sindissetima, a reportagem de capa foi sobre a implantação do ponto eletrônico no TRT 7. Na oportunidade, levamos ao conhecimento geral as dificuldades que os servidores estão encontrando ao, chegando aos seus locais de trabalho, ter acesso aos terminais eletrônicos para registrar o ponto eletrônico.

Denunciamos que era fato notório a deficiência dos elevadores existentes nos prédios do TRT e Fórum. Por isso, o Sindissetima solicitou que terminais de acesso fossem colocados nos andares térreos para minimizar o problema. Agora, com o ponto eletrônico, mais urgente torna-se a medida, pois não é aceitável que chegando em tempo hábil à repartição, o servidor registre sua entrada depois do horário estabelecido.

O problema persiste e até agora o Sindissetima não foi procurado pela Administração para apontar soluções. É mais, é fundamental que haja um controle sobre o jornada de todos os servidores. Não é porque um trabalhador ocupa esta ou outra função que deve ser dispensado da obrigação de registrar o ponto. O Sindissetima espera que a Administração repare esses gargalos e que todos possam ser vistos como iguais.

GIRO PELO BRASIL



> REUNIÃO AMPLIADA

Servidores do Judiciário Federal e do MPU já tem um encontro marcado no próximo dia 24 de abril, em Brasília. Trata-se da primeira reunião ampliada do ano com caráter deliberativo. O 7º Congresso, realizado no final de março, em Fortaleza, alterou o estatuto da Federação, transformando a reunião ampliada em uma instância deliberativa da Fenajupe, abaixo da Plenária Nacional. Antes dessa alteração, aprovada por unanimidade do plenário, o artigo 10 previa como fixas de decisão apenas Congresso, Plenária Nacional, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A reunião terá o objetivo de avaliar o Dia Nacional de Luta contra o PLP 549/09 e debater os PLS 6613/09 e 6697/09. A diretoria da Fenajupe passará informes sobre a tramitação e as negociações em torno dos projetos. Os delegados também definirão os encaminhamentos sobre a greve prevista para ter início nos dias 5 e 6 de maio.

> NOVOS CONVÊNIOS

O Sindissetima informa para seus associados novos convênios firmados no mês de março:

- Prosim Tercarização Serviços Ltda. Tratamento e restauração de piso. Desconto de 20% nos serviços
- Tortell Alimentar Ltda. 10% de desconto em compras
- Centro de Podologia Freitas Ltda. Desconto de 15% na vista e 10% no cartão
- Franquia HOS Lemes - ME. Cabeleireiro. Desconto de 10% em serviços exceto manicure.
- Fórmula Fitness Academia de Ginástica Ltda. Desconto especial para associados, consultar tabela no Sindissetima.
- MM Comercio de Aparelhos Auditivos Ltda. 15% de desconto em aparelhos e serviços.
- Clínica de Fisioterapia Rodrigues Junior Ltda. 15% de desconto no Pilates e Osteopatia.
- Claudio Figueiredo Gimenes. Desconto de 50% na consulta de Acupuntura, 10 % no procedimento. Atendimento pela Unimed.

Para ter direito a esses e a outros convênios, dirija-se agora mesmo ao Sindissetima e torne-se um sócio.

> ELEIÇÃO DIRETA NOS TRIBUNAIS

Em artigo publicado na página do Sindissetima, o presidente do Sindiquitex, Joaquim Castilho, defende a eleição direta para a Administração dos Tribunais. Aqui no Brasil não temos o hábito saudável de participar das decisões que afetam as nossas vidas. Não comparecemos nas reuniões de condomínio, nem nas reuniões da Associação do bairro. Quem aqui já foi assistir a uma sessão da Câmara de Vereadores da sua cidade? Alguém de nós já foi à Assembleia Legislativa em São Paulo assistir uma votação? Conto nos deuses. Assistir uma sessão da Câmara ou do Senado então, nem se fala. Aqui na Terra de Santa Cruz (meu país, terra do santo cabalheiro) a gente mantém saudável distância das instâncias decisórias. O mar de Brasília não anda muito bom pra peixe. Só pra tubarão. Temos, então, o costume de ir às urnas e votar da quarta em quarta anos. E votar para que um possível salvador faça neste período tudo o que devemos de fazer em uma vida inteira. Nos tribunais, o mandato do possível salvador é metade dos quatro anos que os outros salvadores da pátria têm. Dois anos. Mas tem um agravante: Nós, servidores, não podemos votar no presidente. Confira o íntegro no site: www.sindissetima.org.br

Comissão que analisa fim da cobrança dos aposentados é instalada

Quatro anos depois de a proposição ter sido apresentada à Câmara, a Casa finalmente instalou, no último dia 7 de abril, a comissão especial, de mérito, que vai elaborar parecer à PEC 555/06, do ex-deputado Carlos Mata, que extingue a cobrança da contribuição previdenciária dos servidores aposentados e pensionistas.

No ato de instalação do colegiado, foi eleito presidente dos trabalhos, o deputado Marçal Filho (PMDB/RS), que por sua vez indicou como relator da matéria o deputado Luiz Alberto (PT/BA).

O colegiado volta a se reunir para concluir a

composição da Mesa Diretora dos trabalhos e poderá votar requerimentos para realizar debates sobre o tema.

Segundo matéria publicada na Agência Diap, a pressão dos servidores presentes na comissão derrotou a estratégia da base do Governo, que desde a semana passada tentava não dar quorum no colegiado e assim não instalar a comissão.

A PEC 555 revoga o artigo 4º da Emenda Constitucional 41 para eliminar a cobrança de contribuição dos aposentados e pensionistas do serviço público.

Além de extinguir as contribuições dos inativos, a

proposta determina ainda a retroação dos efeitos da revogação a 1º de janeiro de 2004.

Histórico

Apresentada em 22 de junho de 2006, a proposta havia sido arquivada com o encerramento da 52ª Legislatura. Mas em 20 de junho de 2007, por intermédio do requerimento 1.199/07, do deputado Arnaldo Faria de Sá, a matéria foi desarquivada.

Em 22 de agosto de 2007, Faria de Sá foi designado relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça [CCJ]. Seu parecer favorável à PEC foi aprovado na CCJ em 3 de outubro de 2007.

HISTÓRIAS MALUCAS

> ALVO DIFÍCIL



O anão Jeffrey Hudson era o estrofe principal do circo de horrores da realeza inglesa do século 17. Chamado Lord Minimus, ganhou fama, dinheiro e mulheres. Contudo, por seu infortúnio, matou um lord em duelo de pistola e acabou expulso da corte pelo rei James II. Depois do ocorrido, deu sua versão do combate: só teve o trabalho de dar um furo para

cima, enquanto o nobre, ao ter de mirar para baixo à procura do anão, perdeu tempo — e a vida.

> A TERRA É CHATA

Em 1976, o teólogo saudita Abdul Aziz Bin Baz proclamou um fatwa declarando que a Terra era chata. Quem discordasse incorria ao crime de takfir,



"incredulidade". Abdul mostrou-se irredutível mesmo diante dos fatos da Terra redonda. "Isso tudo é ilusão do diabo", estravejou. E ninguém conseguiu convencê-lo a mudar de ideia.

> MELHOR NÃO PERGUNTAR

Nos anos de 1930, no elegante Clube do Comércio de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o presidente Getúlio Vargas era homenageado quando um político do interior perguntou ao porteiro se ele podia fumar no salão. Ouviu um "não". Dando meio-volta, viu o general Flores da Cunha ostentando um portentoso charuto aceso. "Ué, mas como o general pode fumar e eu não?", queixou-se ao porteiro. "É que ele não perguntou", respondeu o funcionário.